

# SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA no Contexto da Emergência Climática: Ação ou Distração

Silvia Mansur



Conferência de Estocolmo, 1972

## **Introdução: Sustentabilidade como adjetivo de desenvolvimento**

Quando problemas abstratos se concretizam a olhos vistos, ignorá-los passa a ser uma tarefa mais difícil. Foi assim com o problema das chuvas ácidas enfrentadas em meados do século XX por uma série de países ricos, incluindo os EUA e os escandinavos. Se por um lado as chuvas causaram estragos múltiplos, desde o derretimento de mármore de cemitérios até a destruição de florestas e da vida em grandes lagos, por outro tornaram possível a mobilização pública para uma (re)ação efetiva - não sem antes enfrentar-se bastante resistência dos agentes poluidores. Nos EUA, os anos de 1980 chegaram a ser denominados de “*acid rain*”

wars”<sup>1</sup>, com brigas acirradas entre aqueles que queriam maiores regulamentações de emissão de dióxido de enxofre - que a ciência apontava como a causa das chuvas ácidas, e aqueles, principalmente as grandes corporações do setor de óleo e gás, que diziam que a mudança inviabilizaria suas operações. Finalmente, em 1990, os EUA aprovaram o “Clean Air Act”, que exigia a redução de emissões dos poluentes em 50% até 2010. Em 2008, essa meta foi atingida no País, e observou-se efeitos impressionantes sobre o meio-ambiente local, com redução também de 50% na acidez das chuvas.<sup>2</sup>

Na época, a Suécia foi ainda mais adiante em sua resposta: além de implementar regulamentação local, propôs à ONU uma ação global coordenada, que culminou com a organização da primeira conferência ambiental da ONU. Em 1972, a Conferência de Estocolmo deu início à diplomacia ambiental moderna.<sup>3</sup> Uma série de relatórios e recomendações foram publicados nesse mesmo período, sendo dois dos principais o *Only One Earth*, da ONU, e o *Limits to Growth*, do Clube de Roma. Ambos os relatórios pontuaram propostas então inovadoras: a necessidade de equilíbrio entre países ricos (tecnologia agressiva e consumo excessivo) e pobres (crescimento demográfico excessivo e baixo PIB per capita), e da desaceleração de suas formas de crescimento excessivo.

Em 1987, o relatório *Our Common Future*, da ONU, introduziu a definição de desenvolvimento sustentável que ainda hoje é utilizada: “o desenvolvimento que satisfaz necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades”. Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável é ancorado no tripé que inclui as dimensões *social, econômica e ambiental*. Dentro da dimensão social, passou-se a discutir o que seriam limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais; na dimensão econômica, começou-se a considerar os impactos de uma desmaterialização da economia, assim como do uso de tecnologia para sair do ciclo fóssil de energia. A dimensão ambiental trouxe a reflexão de que os recursos naturais são finitos e muitas vezes parte de dinâmicas sob as quais o ser humano não tem o controle absoluto.

Apesar desse bom começo, as contradições entre os países desenvolvidos e os demais não tardaram a aparecer nas conferências, acordos, relatórios e principalmente nos resultados subsequentes. Os países ricos não conseguiram até hoje superar o vício no padrão de crescimento econômico e consumo desenfreado, associado a altos ganhos financeiros. Os países pobres, que desde o pós-Segunda Guerra Mundial foram convocados ao desenvolvimento como “destino comum da Humanidade, uma obrigação inegociável”<sup>4</sup> a partir da qual registraram-se “recorrentes ingerências econômicas por meio do FMI e do Banco Mundial”<sup>5</sup>, tampouco dispunham de um modo distinto de organizar sua relação com a economia, sociedade e meio-ambiente.

---

<sup>1</sup> <https://www.smithsonianmag.com/science-nature/acid-rain-and-our-ecosystem-20824120/>

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> Grieger, Andreas. “Only One Earth: Stockholm and the Beginning of Modern Environmental Diplomacy.” *Environment & Society Portal*, Arcadia (2012), no. 10. Rachel Carson Center for Environment and Society. <https://doi.org/10.5282/rcc/3867>.

<sup>4</sup> Acosta, Alberto. “O Bem Viver”, 2016, pg 47.

<sup>5</sup> Idem

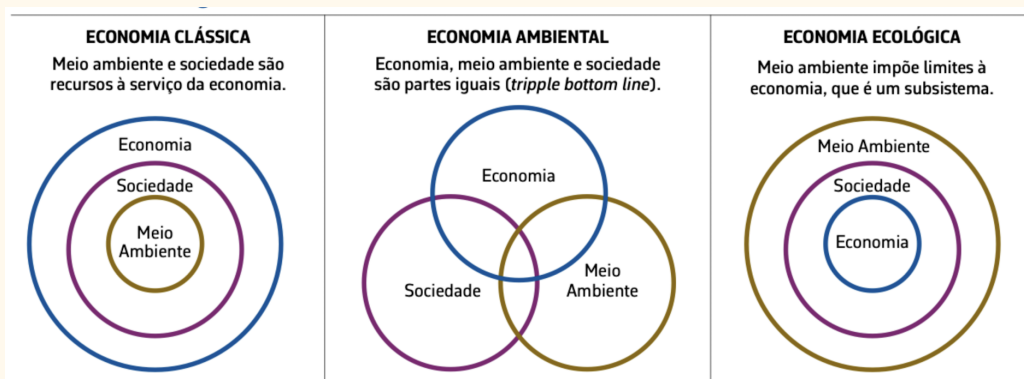
## O Papel das Empresas na Sustentabilidade

A partir do início dos anos 1990, com o termo "sustentável" tornando-se adjetivo de desenvolvimento, as empresas passaram a ser cada vez mais cobradas a operar "sustentavelmente" e a assumir compromissos socioambientais. Desde então, apesar dos avanços nesse sentido, ainda há uma série de lacunas entre as práticas corporativas e o que a ciência nos aponta, ao mesmo tempo em que surgem também uma série de teorias sobre como operar empresas sustentáveis.

Alguns estudiosos argumentam que as empresas podem ter um papel em salvar o clima se contabilizarem e cobrarem pelas externalidades que produzem, como a economista Rebecca Henderson<sup>6</sup>. Se por um lado, valorar monetariamente questões ambientais e sociais pode ajudar a colocá-las no cerne das decisões financeiras, por outro, inevitavelmente nos traz de volta à visão da economia clássica, em que a sociedade e o meio ambiente são recursos a serviço da economia, e que nos levou à crise do antropoceno que vivenciamos hoje.

Para que o ESG feche as lacunas que ainda possui com a ciência, é fundamental que as empresas operem a partir do conceito de Economia Ecológica, que insere a economia nas esferas de sociedade e meio ambiente, deixando de vê-las como simples provedores de recursos para a economia, como pensava a Economia Clássica (ver figura abaixo). Além disso, é necessário que as empresas engajem-se em causas sociais urgentes, com abordagens menos assistencialistas e mais sustentabilistas; que questionem a expansão de consumo e crescimento econômico como sinal de desenvolvimento; e que explorem alternativas sistêmicas para a sociedade, como as de decrescimento, Bem Viver, desglobalização e outros.<sup>7</sup>

### Economia Ecológica: um ESG ancorado na realidade<sup>8</sup>



## Sistema Financeiro e Sustentabilidade

Desde os anos 2000, mas com algumas ações antes disso, o setor financeiro vem focando mais em critérios de sustentabilidade para sua análise de risco e conseqüentemente, de crédito. As principais razões para isso

<sup>6</sup> [https://www.ted.com/talks/rebecca\\_henderson\\_to\\_save\\_the\\_climate\\_we\\_have\\_to\\_reimagine\\_capitalism?language=en](https://www.ted.com/talks/rebecca_henderson_to_save_the_climate_we_have_to_reimagine_capitalism?language=en)

<sup>7</sup> Monzoni, Mario; Carreira, Fernanda. "O Metaverso do ESG", 2021

<sup>8</sup> Idem

são o foco tanto no momento presente em que aspectos socioambientais podem representar perdas financeiras ou crises reputacionais (e.g. caso Nike), como na “perspectiva futura da organização de se manter competitiva em um mundo que passa por profundas transformações”.<sup>9</sup>

Alguns marcos principais que demonstram essa mudança de foco incluem o surgimento dos Princípios do Equador, em 2003, o lançamento dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) em 2006 pela ONU, e alguns anos depois, a publicação pelo Financial Stability Board, em 2017, de recomendações sobre elementos que devem ser observados por investidores, desde riscos físicos até riscos associados à transição para uma economia de baixo carbono. Apesar de não ter função de comando e controle, o FSB tem como membros bancos centrais, ministérios da fazenda e demais integrantes do sistema financeiro, e é portanto um agente fundamental para influenciar essa mudança de paradigma do setor.

As bolsas de valores também vêm adequando sua atuação a essa nova realidade. Alguns exemplos são o surgimento do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) em 1999, seguido no Brasil pelo lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) em 2005, que seleciona empresas para integrar sua carteira com base na sua adoção de princípios de sustentabilidade, e que vem performando consideravelmente melhor do que o IBOVESPA. O Banco Central e a FEBRABAN também têm avançado na regulamentação de temas socioambientais.

Apesar de esses serem movimentos importantes no Brasil e no mundo, vale notar que essas iniciativas têm apenas se somado às práticas anteriores de incentivo e remuneração a indústrias de carbono, ao invés de substituí-las. Por exemplo, ao mesmo tempo em que bancos estadunidenses possuem iniciativas de transição de carbono (e.g. “Carbon Compass” do JP Morgan), esses mesmos bancos continuam a ser os principais financiadores de óleo e gás. Juntos, seis desses bancos (JPMorgan Chase, Citi, Wells Fargo, Bank of America, Morgan Stanley e Goldman Sachs) foram responsáveis por 29% do financiamento de combustíveis fósseis em 2021.<sup>10</sup>

## **Sustentabilidade e a Criação de Valor para Empresas: o Papel da Sociedade Civil**

Na busca pela sustentabilidade corporativa, alguns pensadores argumentam que colocar empresas em oposição à sociedade ou pressioná-las para ações genéricas de responsabilidade corporativa são dois dos seus maiores impeditivos.<sup>11</sup> De acordo com essa corrente, a agenda de responsabilidade corporativa será tanto mais exequível quanto maior valor agregar não só ao meio ambiente e à sociedade, mas à própria empresa. Assim, a implementação de uma abordagem de “*Strategic CSR*”, que traria valor compartilhado para a empresa e sociedade teria maiores chances de sucesso. O *Strategic CSR* é realizado a partir de três etapas: em primeiro lugar, olhando de dentro para fora, a empresa deve “mapear o impacto social da cadeia de valor”, analisando seu processo de atividades primárias (logística, operações, marketing, venda e pós venda) e de suporte (compras, desenvolvimento de tecnologia, recursos humanos e infraestrutura) e então avaliando os impactos sociais positivos e negativos de cada uma delas. Em segundo lugar, olhando de fora para dentro, a empresa deve mapear “as influências sociais em sua competitividade”, analisando as

---

<sup>9</sup> Vendramini, Belinski, “A Nova Fonte de Valor Econômico”, 2017

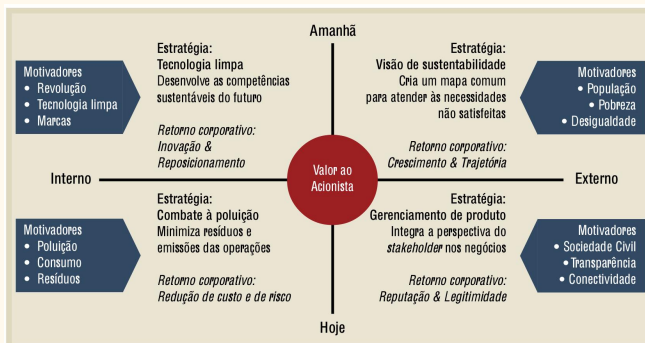
<sup>10</sup>[https://www.washingtonpost.com/business/energy/to-fight-climate-change-change-your-bank/2022/07/28/9f878278-0e6d-11ed-88e8-c58dc3dbae2\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/business/energy/to-fight-climate-change-change-your-bank/2022/07/28/9f878278-0e6d-11ed-88e8-c58dc3dbae2_story.html)

<sup>11</sup> Porter, Michael. “The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility”, 2006

condições de demanda, de indústrias de suporte (e.g. transporte), de inputs e contexto de comando e controle locais. Uma vez realizadas essas duas primeiras etapas, a tarefa final será realizar uma intersecção desse mapeamento, que irá identificar as áreas de valor compartilhado que devem ser priorizadas na agenda de CSR da empresa. O autor argumenta que o “*Strategic CSR involves both inside-out and outside-in dimensions working in tandem. It is here that the opportunity for shared value truly lie*”.<sup>12</sup>

O desafio de se confiar apenas nessa abordagem é que para muitas empresas, especialmente as de capital aberto, o incentivo financeiro de curto prazo para manutenção do status quo pode ser mais atrativo do que o valor compartilhado que Porter propõe. Nesses casos, e sempre que a redução de lucros no curto prazo estiver no contraponto de uma ação de responsabilidade corporativa que traga impactos positivos para a sociedade e/ou meio ambiente, a empresa dificilmente conseguirá decidir pela ação. Tome-se o caso da Nike nos anos 90 por exemplo, que sofreu graves crises de reputação em função de suas práticas trabalhistas, e que ainda assim, por anos, foi incapaz de executar as políticas de CSR que estabelecia. Foi apenas em função de contínua e extrema pressão social que culminou em frequentes desastres de relações públicas e consequente impacto para o valor da marca, que a empresa conseguiu mudar suas práticas. Soma-se a essa dinâmica o fato de que “muitos observadores empresariais ainda vejam na sustentabilidade apenas uma bandeira ideológica”<sup>13</sup>, e fica claro que a abordagem de valor compartilhado nem sempre será suficiente.

Como argumentam Stuart Hart e Mark Milstein<sup>14</sup>, à medida em que empresas possam começar a interagir com uma maior amplitude de *stakeholders* (como ONGs, comunidade local, etc), buscando identificar necessidades não atendidas de públicos distintos (incluindo os mais vulneráveis), novas oportunidades de negócios sustentáveis poderão começar a ser identificadas. O modelo proposto pelo artigo coloca em um mesmo gráfico as dimensões de espaço e tempo, e busca ilustrar como empresas podem olhar para o ambiente externo - incluindo esses *stakeholders* adicionais - e interno para maximizar o valor para o acionista tanto no presente como no futuro. Práticas posicionadas no quadrante que reflete o amanhã e o ambiente externo podem ajudar a antecipar novos mercados; no ambiente interno do amanhã, inovação e reposicionamento de produtos. Na dimensão presente, o quadrante externo garante a proteção da legitimidade e reputação da empresa, enquanto as práticas posicionadas no quadrante interno buscam redução de custos e riscos. Em linhas gerais, o ideal é que as práticas da empresa que possuam materialidade significativa estejam bem distribuídas ao longo desses quatro quadrantes, de forma a maximizar o valor sustentável para o acionista ao longo do tempo.



<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Vendramini, Belinski, “A Nova Fonte de Valor Econômico”, 2017

<sup>14</sup> Hart, Stuart; Milstein, Mark. “Criando Valor Sustentável”, 2004



Se no modelo acima, a sociedade civil tem um papel mais claro (a partir da dimensão externa), em outros modelos ela passa a ter um papel central, como proposto por Simon Zadek no artigo “*The Path to Corporate Responsibility*”. Ao colocar a pressão civil e seus riscos e oportunidades potenciais para a empresa como principal catalisador de ação corporativa, o modelo “*The Civil Learning Tool*” (“Ferramenta de Aprendizado Civil”, em tradução livre), ilustrado na figura abaixo, se aproxima mais do menu real de incentivos oferecidos pelo sistema capitalista.

A Ferramenta de Aprendizado Civil categoriza em quatro estágios distintos o nível de maturidade de determinada questão sócio-ambiental, ilustrada no eixo x do gráfico abaixo. Quanto mais madura a questão na sociedade civil, maior será a necessidade de que a empresa acelere o aprendizado e a ação sobre a questão. Enquanto a questão ainda estiver latente, a ação empresarial pode colocá-la em vantagem competitiva, especialmente se ela conseguir reduzir o custo do pioneirismo convocando publicamente seus concorrentes à ação. Por outro lado, quanto mais madura a questão, maior a necessidade, eventualmente legal, de ação imediata.

### The Civil Learning Tool



### Conclusão

Ao mesmo tempo em que observa-se iniciativas bem sucedidas de empresas e que ainda haja muitas possibilidades de geração de valor compartilhado, “acreditar que os problemas ambientais globais se resolverão com medidas de mercado é um erro que pode nos custar muito caro: está demonstrado que as normas e regulações - embora insuficientes - têm sido mais efetivas que as ‘leis’ de oferta e demanda preconizadas pela economia capitalista”<sup>15</sup>, como nos mostrou a experiência do Clean Air Act nos EUA das chuvas ácidas.

Diferente do advento da chuva ácida dos anos 1980, porém, a emergência climática não irá se apresentar em sua totalidade - especialmente em países ricos - a tempo de sensibilizar governos e políticas públicas para a

<sup>15</sup> Raworth, Kate. “A Economia Donut”, 2015

ação. Quando a emergência climática enfim elevar mares, secar rios e desertificar florestas, já terá sido tarde demais. Enquanto governos não deixarem de incentivar o ciclo fóssil de carbono com subsídios (que somaram no mínimo um trilhão de dólares em 2021<sup>16</sup>) e implementarem ações mais duras de comando e controle na emissão de poluentes, não poderemos considerar como sérias suas respostas à emergência climática. Subsídios governamentais e remunerações financeiras para empresas e indústrias de alta pegada de carbono corroem o impacto real e potencial das bem-vindas evoluções verdes dos últimos 40 anos. A sociedade civil, por mais assustada<sup>17</sup> ou abduzida pelo mundo digital que esteja, precisa ter um papel central nessa trajetória de mudança, que passa por maior aproximação da ciência com as pessoas, e das pessoas com o ambiente que as cerca e as nutre.

Nesse contexto, as empresas podem ter um papel importante se além de incorporarem práticas sustentáveis nos seus processos de gestão e integrarem questões de sustentabilidade nas suas estratégias de negócios<sup>18</sup>, elas passarem a exercer uma *liderança social pública* nos temas de maior materialidade em seus setores. Assim, ao invés de apenas reagirem à maturidade de determinados temas no momento presente, podem contribuir para acelerar a velocidade de maturação de temas-chave para a sustentabilidade do planeta ao longo do tempo, ajudando a movê-los da latência para a institucionalização, mobilizando pares e competidores, sociedade civil e governos ao longo desse processo, tornando-se assim verdadeiras empresas-cidadãs em prol do futuro que desejamos.

---

<sup>16</sup> <https://www.nytimes.com/2023/04/11/climate/oil-gas-subsidies-climate.html>

<sup>17</sup> <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2022/05/24/o-que-e-ecoansiedade-ou-ansiedade-climatica-como-a-crise-climatica-se-tornou-um-problema-de-saude.ghtml>

<sup>18</sup> Zadek, Simon. “The Path to Corporate Responsibility”, Harvard Business Review, 2004